



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2022.57065

**A EXPERIÊNCIA DO PROJETO EDUPAZ PARA AS DISCUSSÕES DA  
CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA  
THE EXPERIENCE OF THE EDUPAZ PROJECT FOR THE DISCUSSIONS ON  
UNIVERSITY EXTENSION CURRICULARIZATION**

PESCE, Marly Krüger de<sup>1</sup>

MARQUES, Dalva<sup>2</sup>

SCREMIN, João Pedro Alves<sup>3</sup>

**RESUMO**

Este artigo busca discutir a curricularização da extensão a partir de um projeto de extensão denominado A linguagem da não-violência: uma possibilidade para a construção da cultura da paz – EDUPAZ, o qual é um de vários implementados por uma universidade comunitária. A Resolução nº 7 MEC/CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, indica a obrigatoriedade de inserir atividades de extensão nas matrizes curriculares dos cursos de graduação, o que fez as instituições procurarem modelos de implementação, sendo uma delas a inclusão dos projetos já existentes. Os dados apresentados foram obtidos de relatórios e trabalhos desenvolvidos pelos extensionistas do EDUPAZ de 2016 a 2020. Os resultados indicam que as atividades foram relevantes para os acadêmicos e para a comunidade, o que aponta a possibilidade de incorporar os projetos de extensão que já são desenvolvidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Extensão Universitária; Currículo; Projeto EDUPAZ.

1 Universidade da Região de Joinville - Univille. Joinville - SC, Brasil. ORCID: <https://org.0000-0002-8195-7634> . e-mail- [marly.kruger@univille.br](mailto:marly.kruger@univille.br)

2 Universidade da Região de Joinville - Univille. Joinville, SC, Brasil. ORCID: <https://org.0000-0002-6606-5865>. e-mail: [dalva.marques@univille.br](mailto:dalva.marques@univille.br)

3 Universidade da Região de Joinville - Univille. Joinville, SC, Brasil. ORCID: <https://0000-0002-8571-4154>. e-mail: [joaoalvesjlle@gmail.com](mailto:joaoalvesjlle@gmail.com)



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2022.57065

## ABSTRACT

This article aims to discuss the curriculum of extension based on an extension project called “The language of non-violence: a possibility for the construction of the culture of peace” – EDUPAZ, one of several implemented by a community university. The Resolution No. 7 MEC/CNE/CES, of December 18, 2018, indicates the obligation to insert extension activities in the curriculum of undergraduate courses, which made institutions look for implementation models, one of them being the inclusion of projects that already exist. The data presented were obtained from reports and works developed by EDUPAZ extension students from 2016 to 2020. The results indicate that the activities were relevant for academics and for the community, which points to the possibility of incorporating the extension projects that are already developed.

**KEYWORDS:** University Extension; Curriculum; EDUPAZ Project.

## RESUMEN

El resumen y de tres a cinco palabras clave que mejor representan el tema del artículo en portugués, inglés y español. El resumen y de tres a cinco palabras clave que mejor representan el tema del artículo en portugués, inglés y español. El resumen y de tres a cinco palabras clave que mejor representan el tema del artículo en portugués, inglés y español. El resumen y de tres a cinco palabras clave que mejor representan el tema del artículo en portugués, inglés y español. El resumen y de tres a cinco palabras clave que mejor representan el tema del artículo en portugués, inglés y español. El resumen y de tres a cinco palabras clave que mejor representan el tema del artículo en portugués, inglés y español. El resumen y de tres a cinco palabras clave que mejor representan el tema del artículo.

**PALABRAS CLAVE:** Extensión Universitaria; Currículum escolar; Proyecto EDUPAZ

## INTRODUÇÃO

A extensão é um componente fundamental da formação acadêmica. Junto da pesquisa e do ensino, compõe o tripé indissociável que sustenta a base da graduação universitária no Brasil desde a afirmação presente no artigo 207 da Constituição de 1988, que firma o compromisso das universidades em seguir esse princípio. Tal norma é fruto de uma batalha extensa de



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2022.57065

profissionais da área para prover a possibilidade de uma formação mais integral, com interação entre a teoria e a prática, bem como dos conhecimentos e sua aplicação na realidade, na busca sempre de transformar a materialidade da vivência social.

Todavia nem todos os estudantes têm tido a oportunidade de participar de atividades extensionistas durante sua trajetória acadêmica e aqueles que o fazem não têm garantido o registro em seu histórico. A extensão não tem sido parte dos currículos dos cursos o que dificulta sua concretização e reconhecimento institucional no processo dos acadêmicos. Para Dalmolin e Vieira (2015, p. 7193),

Sua inserção já deveria integrar a vida curricular das universidades, envolvendo o coletivo dos estudantes, mas, apesar da legislação vigente, ainda fica circunscrita em torno de um grupo de professores e de alunos que, após selecionados nas vagas disponíveis (em geral, poucas), conseguem dispor de tempo para o desenvolvimento dos projetos e ações dessa natureza.

Para romper com essa situação, a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, e prazo para as instituições de ensino superior curricularizar a extensão nos cursos de graduação. Porém é preciso discutir e problematizar o que significa a curricularização da extensão para que ela não se transforme em uma disciplina, “correndo o risco de destruir a potência que a extensão pode ter em si, pela sua dialogicidade, porosidade e capacidade de captar distintas realidades” (DALMOLIN e VIEIRA, 2015, p. 7193).

Nessa mesma linha de pensamento, Pereira e Vitorini (2019, p.28) defendem que

Curricularizar a extensão é ir além de creditar a extensão. É uma possibilidade de repensar as formas de ensino no contexto universitário, as relações interpessoais, a construção da cidadania em uma proposta de formação crítica, considerando que a universidade não é uma instituição à parte da sociedade, mas que possui uma capacidade ímpar no sentido de promover a reflexão crítica voltada às mudanças sociais.

O processo é, ainda, germinal, portanto, os primeiros passos revelam muitas descobertas a serem feitas e muitas questões a serem debatidas, com



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2022.57065

soluções construídas gradativamente ao passo em que surgirem mais estudos e análises que compreendam o tema em sua integralidade.

As universidades brasileiras têm uma trajetória significativa no que concerne à extensão, enquanto atividade específica, embora tenham diferentes concepção e maneiras de realizá-la, dependendo da natureza da instituição (públicas, privadas, confessionais e comunitárias).

No que concerne especificamente às universidades comunitárias, elas têm uma extensa tradição extensionista, pois, na sua gênese, foram criadas e, são mantidas, pela sociedade civil, portanto são voltadas ao desenvolvimento das comunidades onde estão inseridas. Sem fins lucrativos, investem os resultados obtidos nas atividades que desenvolvem, sendo uma delas o diálogo e o compartilhamento de conhecimento com a comunidade.

Considerando essa universidade, este artigo tem como objetivo discutir as possibilidades de curricularização da extensão a partir do projeto denominado A linguagem da não-violência: uma possibilidade para a construção da cultura da paz - EDUPAZ. Esse projeto é realizado na Universidade XXXXX, desde 2006, com a participação de bolsistas e voluntários de diversos cursos com o objetivo de promover um espaço de discussão e conscientização sobre as várias formas de violências, em especial, a simbólica e a psicológica.

Desse modo, muitos estudantes contribuem com o desenvolvimento do projeto e, concomitantemente, com o desenvolvimento profissional-pessoal, uma vez que as diretrizes do projeto estão amparadas na formação humanística, científica e comunitária, pois suas ações são realizadas na e para a comunidade. Além disso, abrange, especialmente, cursos de licenciatura, cuja formação é auxiliada consideravelmente na participação em ações/intervenções promovidas pelo EDUPAZ, visto que envolvem, em geral, seminários, palestras e oficinas em instituições de ensino público, na busca de suscitar a reflexão e transformação no que diz respeito à realidade da violência na linguagem nesses ambientes e na sociedade como um todo. Assim, na vivência dessa transformação de relações interdisciplinares em sua formação, o extensionista recebe uma infusão de valores intrínsecos em seu percurso que são adquiridos apenas pela experiência, possibilitando a ele um melhor preparo e background em sua trajetória holística de licenciado.



## DIRETRIZES PARA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

A Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 (assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social), que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024. Do Artigo 4º ao 18º, institui toda a regulamentação que segue como base para a aplicação proposta.

Segundo Pereira e Vitorini (2019, p.22), ao analisar tais documentos:

Observa-se que o PNE (2014-2024) pontua que a creditação de extensão deve ser realizada por meio de programas e projetos, pois essas são ações extensionistas que têm amplitude, objetivos, nível de interação com a comunidade e articulação entre áreas mais amplas e orgânicas, diferente de ações pontuais, como eventos.

Assim, é importante ressaltar que a extensão deve ser considerada como a dimensão que engloba as atividades de ensino e da pesquisa por meio da interação e troca de saberes entre o acadêmico e o social. Nisso, é relevante compreender que as políticas públicas que abrangem a extensão estão submetidas à esfera da interação entre Universidade e Sociedade, uma vez que os dois elementos são interdependentes e que fundamentalmente dialogam entre si.

Segundo Nogueira (2005, apud Imperatore e Pedde, 2015, p. 6), o diálogo de políticas públicas e envolvimento da extensão universitária no terreno social, é de longa data:

A partir dos anos 80, entretanto, as discussões sobre a ação extensionista, proposição de diretrizes e interlocução com o MEC, são capitaneadas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas - FORPROEX, fundamentadas na função social da universidade a partir da conciliação de objetivos acadêmicos e comunitários; na indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão; no caráter interdisciplinar da ação extensionista, na necessidade de institucionalização da Extensão nas universidades e no próprio MEC; no reconhecimento do saber popular e a valorização da



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2022.57065

troca de saberes universidade-sociedade; na necessidade de financiamento estatal da ação extensionista.

Segundo Imperatore e Pedde (2015), o Plano Nacional de Educação 2001-2010, por meio das metas 21 e 23 buscou um novo delineamento do entendimento da Extensão universitária que fosse alinhado às discussões do FORPROEX e FOREXT, no que resultou a proposta de sua universalização por meio da obrigatoriedade de 10% dos créditos curriculares requeridos para a graduação, integralizados em ações de caráter extensionista. Tal meta que, por não ter sido atendida em primeiro momento, levou ao seu reforço presente no PNE 2014-2024. Portanto, os mesmos autores colocam que, a partir disso, este é o momento histórico em que a Extensão resgata a sua importância e se coloca no centro das políticas acadêmicas de ensino e pesquisa, pautadas na ética, diversidade cultural e inclusão social. (IMPERATORE e PEDDE, 2015, p.8)

Enquanto isso, Pereira e Vitorini (2016, p.22), apontam que ainda é preciso haver mudanças no que diz respeito à visão que os projetos curriculares das universidades possuem sobre a extensão:

[...] a maioria dos PPCs contemplam a extensão como atividade complementar, ficando a participação discente restrita a qualquer atividade extensionista (curso, evento, projetos). Isso evidencia a necessidade de efetivar a discussão sobre a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, de forma a conceber a integração orgânica entre as três dimensões.

Por outro lado, os autores, além de apresentarem a problemática, trazem para ela uma proposta de solução no escopo de como deve ser reconfigurada a ideia atual de extensão presente nos projetos curriculares que se desenvolve nos seguintes passos:

Repensar os componentes curriculares dos cursos de graduação que podem incorporar o caráter extensionista de transformar uma dada realidade; Repensar como os estágios curriculares podem se conectar com demandas reais da comunidade, e, conseqüentemente, integrar-se na prática extensionista; Pensar a possibilidade de aproveitamento de atuação de estudantes em programas e projetos entre as opções de componentes curriculares optativos. (PEREIRA e VITORINI, 2016, p.26-27).

Dessa forma, é importante ilustrar uma possibilidade de integração dessa



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2022.57065

proposta na realidade, com a seguinte apresentação e desenvolvimento do projeto analisado, que visa explicitar a forma como pode ser feita essa incorporação.

## PROJETO DE EXTENSÃO EDUPAZ

Para demonstrar um exemplo de projeto que funciona regularmente como extensão, analisamos a proposta do projeto EDUPAZ - A linguagem da não-violência: uma possibilidade para a construção da cultura da paz. O projeto é uma oportunidade de professores, estudantes da Educação Básica, gestores e acadêmicos refletirem sobre a problemática da violência e sua consequência para a vida das pessoas.

A violência se manifesta de variadas formas tanto física quanto simbólica, significando sempre uma dor psicológica do sujeito e uma ruptura nos laços sociais. Segundo Bispo e Lima (2016, p. 165), “a violência é um processo com uma lógica própria, pela qual todos nós temos alguma responsabilidade. Não se trata de uma lógica restrita ao sujeito, nem ao seu núcleo familiar. Há uma ordem simbólica que cria as condições a partir das quais cada um, a seu modo, a subjetiva”.

A intolerância e a violência têm se acentuado de inúmeras maneiras nas últimas décadas. Além das mídias naturalizarem a violência, as tecnologias digitais também têm servido para propagá-la. Se por um lado as tecnologias têm proporcionado acesso à informação e maior comunicação entre as pessoas, por outro veem sendo utilizada para propagar a intolerância, o preconceito e a discriminação. Para Fairclough (2001), a exposição cotidiana à violência vai ajudando a banalizá-la, num processo de naturalização. O que num primeiro momento pode provocar indignação e estranhamento, posteriormente, passa a ser despercebido e reproduzido no discurso e no comportamento. Portanto, é urgente que princípios éticos e de respeito ao outro fundamentem as relações sociais e individuais a fim de que possamos construir uma sociedade menos violenta.

A construção de uma sociedade pacífica só pode ocorrer com base em princípios voltados ao bem comum e ao respeito as diferenças, oportunizada pela educação. Para Freire (2008), o ato de educar precisa estar voltado para a inclusão, para despertar a consciência do ser humano como alguém capaz de refletir, de ser responsável e de atuar no mundo, tendo atitudes transformadoras no que concerne a si, a sua família e à sociedade.



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2022.57065

Nesta perspectiva, a escola é um lócus fundamental para que a cultura da paz seja proposta, pois das várias funções que a escola tem, uma delas é a de ajudar a romper o ciclo de violência vivido por professores e alunos, revendo suas próprias atitudes violentas (ABRAMOVAY, 2012). As crianças e jovens aprendem pela experiência e ao se propor uma educação inclusiva e cidadã, há maior possibilidade que se tornem adultos respeitosos.

Segundo essa linha de pensamento, o projeto propõe que ao entender que a violência é objetivada na linguagem, a conscientização deste fenômeno discursivo poderá levar o sujeito a mudar sua maneira de interagir, de modo a perceber que a violência sempre é uma atitude do mais forte ao converter o mais frágil em objeto de agressão.

Portanto, esse projeto contempla dois macroprocessos da extensão, que são a formação humanística, científica e profissional e, a inserção comunitária. Portanto, contribui de forma objetiva para solução de problemas atuais e emergentes e para formação crítica de acadêmicos e da comunidade externa.

É necessário ressaltar que o projeto está relacionado intrinsecamente à formação de professores, apontada do perfil de docente que a XXXXX almeja no que se refere a uma postura ética e comprometida com o bem-estar comum. Nesta perspectiva, o projeto está fundamentado nos princípios educativos que delineiam o Projeto Pedagógico do Curso de Letras e do Curso de Ciências Biológicas. Todavia, a participação de acadêmicos de outros cursos é muito significativa. A cada ano da reedição deste projeto, são capacitados entre dez a quinze acadêmicos bolsistas e voluntários, oriundos de diversos cursos (Letras, História, Design, Psicologia, Ciências Biológicas, Direito, Medicina e Arquitetura).

A participação direta de cerca de 150 acadêmicos como multiplicadores da proposta, nesses 14 anos de existência do projeto, possibilitou inúmeras intervenções que atingiram mais de vinte mil pessoas. Os acadêmicos atuaram como multiplicadores e desenvolveram atividades para alunos de todos os níveis da Educação Básica, assim como para diferentes grupos ligados à associação de bairros, organização não governamentais (ONG) e igreja. Eles levaram a proposta, além de Joinville, a cidades próximas como Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, Itapoá, e São Francisco do Sul. Portanto, a equipe do projeto, que se constitui de duas professoras e dois bolsistas, é responsável pela formação e acompanhamento dos multiplicadores, o que representa uma ação significativa no que se refere à proposição da cultura da paz.

Além das intervenções, alguns extensionistas desenvolveram estudos, pesquisas e elaboração de material para o acervo do projeto, especialmente



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2022.57065

em 2020, com a pandemia e suspensão das aulas presenciais. Percebe-se que a formação de multiplicadores (professor e licenciandos) é uma ação referencial, pois esses sujeitos ao se transformarem, transformam suas relações pessoais e profissionais, afetando todos aqueles com os quais conseguem interagir.

## **PERCURSO METODOLÓGICO**

Este artigo se baseia em análise documental de abordagem qualitativa. A Pesquisa qualitativa busca interpretar os resultados. Para Minayo (2001, p.21-22)

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares ela se preocupa nas ciências sociais, com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha no universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Na perspectiva da pesquisa qualitativa, a análise documental é uma técnica que irá possibilitar que o pesquisador extraia informações de um documento original. Lüdke e André afirmam que análise documental passa por várias etapas a partir da escolha dos documentos e de posterior análise, como: caracterização de documento, codificação, registros, categorização e análise crítica.

Inicialmente compilados os trabalhos e relatórios das atividades desenvolvidas de 2016 a 2020. Após a leitura, foram agrupados por temáticas, sendo aqui apresentadas quatro: Violência contra o Idoso; Preconceito de gênero; Violência simbólica; Suicídio e automutilação. As atividades foram descritas e analisadas, levando a uma reflexão se podem ser uma das possibilidades da curricularização da extensão.

## **ATIVIDADES EXTENSIONISTAS DO EDUPAZ**

Várias temáticas já foram abordadas para orientar as ações e intervenções propostas pelos participantes do Projeto EDUPAZ, sendo algumas:



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2022.57065

bullying; cyberbullying; violência midiática; preconceito racial, linguístico e de gênero; suicídio e automutilação; violência contra o idoso, deficiente, mulher e criança.

Para este artigo, foram selecionadas 4 temáticas que suscitaram intervenções, as quais foram analisadas a partir dos relatórios e materiais produzidos.

### 1. Violência simbólica

É a temática mais abordada nas palestras ofertadas nas escolas de educação básica, tanto para turmas do Ensino Fundamental II como do Ensino Médio. As palestras são adaptadas à faixa etária dos estudantes, inicia-se com apresentação de um power point com imagens apresentando a proposta e os conceitos que orientam o projeto. A interação com o público ocorre por meio de perguntas direcionadas e relato de experiência. A partir de uma contação de história ou de um filme de curta duração, os estudantes representam o que significou o tema por meio de desenho, palavras ou frases. Os trabalhos são socializados, levando a uma reflexão final.

Nesta mesma perspectiva, em 2019, duas extensionistas participaram de uma feira de ciências de uma escola pública, ficando responsáveis por um stand com a proposta do projeto. Foi desenvolvido um jogo que combinava peças de imagens com palavras mais e menos violentas. Os estudantes e os pais eram convidados a jogar e a responder uma enquete sobre tipos de violência. Os resultados foram compilados e serviram para orientar o planejamento de futuras ações em escolas.

Na avaliação da enquete e dos trabalhos desenvolvidos pelos estudantes da educação básica, percebe-se uma estranheza no que se refere a violência simbólica, especificamente a da linguagem. Os participantes admitem não ter identificado como a prática discursiva reflete o preconceito, a coerção e a relação de poder. As intervenções possibilitaram que as pessoas tivessem a oportunidade de refletirem sobre o que pensam e o que dizem.

### 2. Violência contra o Idoso

Foram duas ações uma ocorreu em 2017, desenvolvida por estudantes do curso de Psicologia, que após fundamentar a proposta, produziram material gráfico (filipetas e adesivos) e realizaram uma campanha de sensibilização. Também participaram do evento do Dia Mundial da Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, 15 de junho, organizado pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso.



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2022.57065

Em 2020, foi desenvolvido um material sobre ageísmo por um estudante de Direito. O termo vem do inglês “age” (idade) e se refere ao processo de criar estereótipos ou discriminar uma pessoa ou grupos de pessoas pela idade. Foi estudado o Estatuto do idoso e realizadas entrevistas com dois idosos sobre sua experiência em relação a preconceito ou violência devido a idade. As entrevistas foram analisadas, considerando o referencial teórico. A produção textual irá fundamentar as ações que o projeto irá desenvolver com esta temática.

### 3. Preconceito de gênero

Foram realizadas duas oficinas para estudantes dos cursos de Licenciatura, denominadas Preconceito e discriminação de gênero na prática discursiva e Violência de gênero. Elas ocorreram dentro da programação do Colóquio das Licenciaturas XXXXX, no ano de 2016. A metodologia utilizada foi apresentação dos fundamentos teóricos em uma apresentação em power point. Foram lidos diferentes gêneros textuais (propaganda, texto de opinião e reportagem) com base em perguntas críticas. Após a socialização das respostas, os participantes elaboraram slogans de combate à violência de gênero.

A oportunidade de discutir sobre a temática é de extrema relevância, tendo em vista que como futuros professores, eles precisarão saber como lidar com o preconceito, que, porventura, possa surgir em sua atividade profissional. Da mesma forma, é uma oportunidade de refletir sobre seus próprios (pre)conceitos a fim de poder conscientizar-se do que pensa sobre a questão, sendo este o primeiro passo para uma transformação discursiva e atitudinal.

### 4. Suicídio e automutilação

No ano de 2017, houve um assustador número de suicídios e automutilação entre os jovens. O fenômeno da ‘baleia azul’ repercutiu nas escolas, o que ocasionou uma solicitação da gestão de trabalharmos o tema. Foram realizadas palestras com o título Valorização da vida.

Em 2018, esse tema foi abordado no III Simpósio de Educação para a Paz - EDUPAZ - Suicídio no contexto educacional.

Foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica abordando o tema suicídio, com o foco na prevenção. Foram confeccionados broches, flyers e marca páginas para a distribuição durante o dia 10 de setembro de 2018, dia mundial da prevenção ao suicídio. A campanha de conscientização se deu no início das aulas, visando atingir professores, funcionários, alunos do Colégio da instituição e pais, além de estudantes de graduação.



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2022.57065

A escolha pela temática e forma de intervenção é definida pelo extensionista com a orientação das professoras do projeto. Essa prática tem favorecido o respeito ao estudante e o desenvolvimento de sua autonomia, pois está “centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas de liberdade” (FREIRE, 2009, p. 121).

Ao descrever e analisar algumas das atividades extensionistas de um dos projetos da XXXXX, o EDUPAZ, pode-se vislumbrar diferentes maneiras de curricularizar a extensão nos cursos de graduação, ao se fazer

[...] uma nova leitura para inserir a articulação entre ensino, pesquisa e extensão por meio de componentes curriculares obrigatórios na formação do estudante. Lembrando que essa revisão nos PPCs (Projeto Pedagógico de Curso) não deve ser vista como aumento da carga horária do currículo, mas como uma maneira de articular ensino e pesquisa às demandas da comunidade, à formação orientada à interprofissionalidade e à flexibilidade curricular, observando a função social da universidade e a qualidade do ensino ofertado (PEREIRA e VITORINI, 2016, p. 23).

Assim, é necessário um planejamento que pondere essas considerações a fim de oportunizar um ambiente propício para o pleno desenvolvimento das habilidades e formações que a curricularização da extensão é capaz de promover.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo discutir as possibilidades de curricularização da extensão a partir de um projeto de extensão denominado “A linguagem da não-violência: uma possibilidade para a construção da cultura da paz” - EDUPAZ. As atividades extensionistas que foram analisadas, considerando as temáticas abordadas, indicaram a relevância do projeto na proposição de espaços educativos de reflexão e discussão com a comunidade. Pois ao se entender que o preconceito e a discriminação são objetivados na linguagem, a conscientização deste fenômeno discursivo pode levar o sujeito a mudar sua maneira de se relacionar e interagir, de modo a perceber que a violência sempre é uma atitude do mais forte ao converter o mais frágil em objeto de agressão. Para Fairclough (2001), a desnaturalização do discurso violento pode ocorrer pela reflexão e leitura crítica de diferentes discursos



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2022.57065

como forma de transformar as relações sociais, no que se refere à emancipação de grupos discriminados.

Dessa forma, entende-se que a curricularização da extensão é uma proposta enriquecedora, cuja efetivação deve trazer benefícios para os diversos níveis da sociedade, pois os projetos e programas podem afetar estudantes, professores e a sociedade como um todo, enquanto proposição de ações e desenvolvimentos de caráter transformador.

De todo modo, é necessário considerar as experiências bem-sucedidas dos projetos e programas já existentes na universidade, a fim de propor um modelo de curricularização da extensão nas matrizes dos cursos de graduação, que permitam que o estudante possa ter a oportunidade de vivenciar com a comunidade as propostas de ações educativas e transformadoras. É a participação em atividades extensionistas de forma planejada e fundamentada teórico-metodologicamente que irá contribuir para o processo de formação do profissional e pessoal dos estudantes universitários. A intervenção extensionista, entendida como uma prática social, representa um diálogo com a comunidade, uma troca significativa entre ela e a universidade, possibilitando um aprendizado que considera a realidade e os anseios das pessoas.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam (et al.). Conversando sobre violência e convivência nas escolas. Rio de Janeiro: FLACSO - Brasil, OEI, MEC, 2012.

BRASIL. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 20 de ago. 2020.

DALMOLIN, B. M., VIEIRA, A. J. H. Curricularização da extensão: potências e



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2022.57065

desafios no contexto da gestão acadêmica. EDUCERE: XII Congresso Nacional de Educação, PUCPR, p.7186-7201, out. 2015. Disponível em: [http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20159\\_9517.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20159_9517.pdf). Acesso em: 25 ago. 2020.

FAIRCLOUGH, N. Discurso e mudança social. Brasília: UnB, 2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. 36 ed. SP: Paz e Terra, 2009.

IMPERATORE, Simone Loureiro Brum; PEDDE, Valdir. “Curricularização” da Extensão Universitária no Brasil: questões estruturais e conjunturais de uma política pública. In: XIII CONGRESO LATINOAMERICANO DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA. 2015, Havana. Anais. 10 p. Disponível em: [http://curricularizacaodaextensao.ifsc.edu.br/files/2016/06/1\\_Artigo\\_Curricularizaca\\_da\\_Extensao\\_Universitaria\\_no\\_Brasil.pdf](http://curricularizacaodaextensao.ifsc.edu.br/files/2016/06/1_Artigo_Curricularizaca_da_Extensao_Universitaria_no_Brasil.pdf). Acesso em: 25 de ago. 2020.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PEREIRA, Noemi Ferreira Felisberto; VITORINI, Rosilene Alves da Silva. Curricularização da extensão: desafio da educação superior. In: Revista de Extensão da UFMG, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p.01-591 jan./jun. 2019.

*Recebido em 13 de janeiro de 2021*

*Aceito em 21 de julho de 2022*



A e-Mosaicos Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ) está disponibilizada sob uma Licença [Creative Commons - Atribuição - NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Os direitos autorais de todos os trabalhos publicados na revista pertencem ao(s) seu(s) autor(es) e coautor(es), com o direito de primeira publicação cedido à e-Mosaicos.

Os artigos publicados são de acesso público, de uso gratuito, com atribuição de autoria obrigatória, para aplicações de finalidade educacional e não-comercial, de acordo com o modelo de licenciamento *Creative Commons* adotado pela revista.